

GT NEGROS TECENDO UM TEMPO NOVO

Eixo: Ações de pesquisa, ensino e extensão voltadas para sociedade

Maria Rita Py Dutra¹
Tamara Conti Machado²
Clair Côte Real³
Elizandro Silveira⁴

RESUMO

O Grupo de Trabalho Negros (GT Negros) integra o Núcleo de Estudos Contemporâneos (NECON) e tem por finalidade contribuir para que seus membros ampliem a compreensão das dinâmicas sociais que envolvem a comunidade negra local e regional. Criado em 03/09/2011, o GT Negros reúne-se quinzenalmente no Prédio 74-A (Sala 2236/Necon), e desde o ano de 2015, congrega pesquisadores da temática afro-brasileira, ligados ao Grupo de Pesquisa Povo de Clio, do Centro de Educação. A metodologia adotada consiste em reuniões de estudos, seminários, mesas redondas, oficinas e participação em eventos de extensão, como a Feira da Economia Solidária. O objetivo desse artigo é narrar a experiência dos membros do GT Negros nas três últimas Feiras de Economia Solidária (2015-2017), oportunidade em que debatemos sobre racismo e educação das relações raciais com pessoas ligadas à Economia Solidária, do Brasil e do exterior. Oportunidade que tem proporcionado experiências únicas que merecem ser compartilhadas.

Palavras-chave: GT Negros; Racismo; Novembro Negro; Feicoop

INTRODUÇÃO

O objetivo geral do GT NEGROS/NECON/POVO DE CLIO é contribuir no combate ao racismo e à discriminação racial através do estudo e análise de questões referentes à temática afro-brasileira; analisar e debater políticas de ações afirmativas e promover o aprofundamento teórico de questões atinentes à comunidade negra local e regional com interfaces na saúde, educação, moradia, trabalho, religiosidade, esporte e lazer, etc. Compreender temas referentes à comunidade negra e seus valores civilizatórios; participar de eventos, promover seminários, congressos, encontros, mesas redondas, para divulgar trabalhos

¹Doutoranda no PPGE/UFES; mrpy54@gmail.com

²Mestranda no PPGE/UFES; conti.tamara@gmail.com

³Bacharel em Ciências Sociais/UFES; clair.real@hotmail.com

⁴Acadêmico Ciências Sociais; elz.silveira@gmail.com



realizados; implementar oficinas sobre as Leis 10.639/03 e 11.645/08, realizar a revisão de literatura, abordando pensadores nacionais e africanos são alguns dos objetivos específicos do GT.

Os encontros do GT Negros são abertos a pesquisadores, acadêmicos internos ou externos, graduandos e pós-graduandos interessados em estudos desse campo do conhecimento; professores, técnicos administrativos e membros do Movimento Social Negro. O espaço da universidade é local onde acontece pesquisas, em que novas abordagens são engendradas, de modo a permitir avanços na produção de conhecimentos sobre a temática étnico-racial, daí a importância do Grupo de Trabalho. Entre as expectativas acerca dos resultados aguardados, espera-se que os debates e estudos realizados contribuam para que os integrantes do GT Negros ampliem seu capital cultural e social referente ao tema e que incidam positivamente combatendo o racismo e qualquer forma de preconceito.

A inserção do GT Negros/Necon/Povo de Clio na Feira da Economia Solidária e Feira do Cooperativismo ocorreu a partir do Projeto da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) “Na Feira: Produção, Distribuição e Consumo entre Agricultoras Feirantes na Região Central do Rio Grande do Sul”, coordenado pela Prof^a Dr^a Maria Catarina Chitolina Zanini, que tinha por objetivo “conhecer e estudar o trabalho feminino, nas feiras urbanas na região central do Estado”, em que um dos campos de pesquisa acontecia justamente no terminal de comercialização do Centro de Referência de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter, onde, aos sábados, ocorre a tradicional feira de produtores da região, todos eles sujeitos da pesquisa. Entre as bolsistas que ali realizavam campo, uma delas atuava tanto no GT Negros/Necon, como no Movimento Social Negro e viu na participação do GT na feira anual uma oportunidade de integrar os debates da academia com o Movimento Negro (MN), também uma forma de estreitar laços e de oportunizar uma rica experiência para os universitários membros do GT Negros.

1. A FEIRA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E A FEIRA DO COOPERATIVISMO

A Feira Latino Americana da Economia Solidária, no ano de 2017, já em sua 13ª edição e a Feira Internacional do Cooperativismo, em sua 24ª edição fazem parte do Projeto Esperança/Cooesperança, ligado a Arquidiocese de Santa Maria, sendo realizada sempre no mês de julho, no Centro Internacional de Economia Solidária, com a participação de representantes dos cinco continentes.

Para a idealizadora da feira, Irmã Lourdes Dill, a Feira da Economia Solidária é um braço do Fórum Social Mundial, um *processo aprendente e ensinante*, congregando eventos de Cooperativismo, Economia Solidária e Agricultura Familiar. Juntamente às trocas realizadas, no decorrer da Feira, acontece uma série de eventos culturais e de formação tendo como objetivo o protagonismo cidadão, como conferências, seminários, oficinas e debates. Caracterizando-se por ser espaço de resistência aos avanços do capitalismo neoliberal, conforme a Irmã Lourdes Dill, coordenadora do projeto, o capitalismo está saturado e é preciso colocar as pessoas em primeiro lugar:

“A Economia Solidária é um jeito inovador de realizar a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na democracia, cooperação e solidariedade. A gestão é coletiva e os resultados são compartilhados”. O Projeto busca a construção do associativismo, o trabalho, a solidariedade, a cidadania e um novo modelo de cooperativismo através da Economia Solidária e da inclusão Social (Jornal da 11ª Ecosol do Mercosul, 2015, p. 3).

A temática feira de produtores rurais, que integra a Feira da Economia Solidária, além de ser um espaço de resistência às novas modalidades de oferta e consumo, está vinculada às investigações no campo da Antropologia Rural, área de interesse da professora Chitolina, coordenadora do Necon/UFSM, e pesquisadora de feiras livres da cidade e região. No ano de 2012, o Núcleo iniciou sua inserção no Feirão Colonial, a partir do projeto de pesquisa “*Na Feira: produção, distribuição e consumo entre agricultoras feirantes na região central do Rio Grande do Sul*”, com a participação das acadêmicas bolsistas do Cnpq: Daniele Cielo, Fabiane Dalla Nora, Jamile Costa, Maria Rita Py Dutra, Patrícia Rejane Froelich e Silvana Silva de

Oliveira. A partir dessa pesquisa foram publicados artigos, elaborados dois E-books⁵, lançados no dia 17 de julho de 2015, além de surgirem temas instigantes para futuras pesquisas, desenvolvidas em cursos de mestrado e doutorado, como o trabalho de dissertação de Silvana Silva de Oliveira “Pegando Feira: trocas, reciprocidade e mercado no Feirão Colonial em Santa Maria, RS” (UFSM); ou em trabalhos de conclusão de curso, como “Fazendo Feira: uma etnografia entre mulheres camponesas de Santa Maria/RS” de autoria da acadêmica Patrícia Rejane Froelich (pela Universidade Federal do Maranhão) e “A Feira como um espaço de sociabilidade”, de Fabiane Dalla Nora (pela Universidade Rural Fluminense).

2.1 A PARTICIPAÇÃO DO GT NEGROS/NECON NAS FEIRAS LATINO AMERICANA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E INTERNACIONAL DO COOPERATIVISMO

O lugar onde ocorre a feira caracteriza-se por ser um espaço democrático, com mostra das mais diversas formas de cultura, onde o visitante além de conhecer e apreciar, pode valorizar essas expressões, que vão desde a apresentação de percussão dos componentes do Projeto da Oca Brasil, até oficinas de dança circular”.

Durante a 11ª Feira de EcoSol e da 22ª FEICOOP (2015) ocorreram duas oficinas do Bebê Abayomi, ministradas pela artesã Lena Martins (RJ), uma das criadoras da Boneca Abayomi, a boneca confeccionada sem cola e sem costura. A confecção do Bebê Abayomy oferece uma oportunidade de fortalecimento da autoestima e reconhecimento do protagonismo negro. Em determinado momento da oficina, a ministrante solicita aos presentes à oficina que dediquem o bebê confeccionado a uma pessoa negra, que de certa forma marcou suas vidas. Geralmente, esse é um momento de muita emoção entre as presentes.

Assim como Lena utiliza a confecção do bebê para sensibilizar os participantes acerca da temática racial negra, o GT Negros/Necon se propôs a

⁵ Somos todas mulheres iguais: estudos antropológicos sobre feiras, gênero e campesinato. Oikos, 2015 e Mercados, campesinatos e cidades: abordagens possíveis. Oikos, 2015.



oferecer aos visitantes e participantes da 22ª Feicoop uma oficina para discutir a temática, a qual passaremos a contextualizar.

2.2.1 OFICINA CONSTRUINDO UMA SOCIEDADE SEM RACISMO

Em 2015, entre os dias 10 e 12 ocorreu a 11ª Feira de EcoSol e 22ª FEICOOP no Terminal de Comercialização Dom Ivo Lorscheiter, que além da comercialização, promoveu oficinas, cursos, encontros, seminários e debates sobre economia solidária. Na manhã de sábado/11 o GT Negros ofereceu a Oficina Construindo uma Sociedade sem Racismo, com a participação de Lorena Barbosa, Janderson Pereira, Airton Xavier, Raquel Bernardi Kurtz, Giane Vargas Escobar, Isabel Cecília Menezes Alves e Maria Rita Py Dutra.

A Oficina constava na programação da Feira e minutos antes do início, foi anunciada via alto-falante do evento. Sendo assim, os participantes são conhecidos somente no momento do início. Os membros do GT se prepararam para trabalhar com narrativas de situações vivenciadas de racismo, se fossem adultos e se houvesse um número significativo de crianças, trabalharia com a mesma temática a partir da história infantil “Os Problemas de Júnior”, de Maria Rita.

A maioria das pessoas que apareceu era adulta, geralmente vinda em excursões que chegavam de madrugada. Foi apresentada a problematização inicial: *“Você já sofreu ou presenciou uma situação de racismo? O que você sentiu e o que fez diante dela?”* Os presentes foram incentivados a narrar experiências pessoais sobre racismo, numa perspectiva não apenas de denúncia (sim, sofri racismo!), mas também de anúncio (o que fiz para superar?).

Questões desse tipo contribuem para a reflexão coletiva sobre o problema, afirma Barreto (2008, p.80), ao mesmo tempo em que oportunizam o abandono do modelo dicotômico de conhecimento, que potencializa a vitimização (alguém é vítima) e consequentemente culpabilização (alguém é culpado). Buscando outras saídas que levem a um salto de qualidade, para superação do problema, de maneira que possam contribuir com o alcance da finalidade do homem no mundo,



que é ser feliz, como afirma Cunha (2015): “nós seres humanos existimos no mundo para que no uso da nossa razão, criemos as condições de felicidade.”

A metodologia da oficina foi desenvolvida em três momentos, em que no 1º, os participantes formariam duplas, se apresentando ao colega. Logo depois, cada dupla apresentaria o colega ao grupo, citando seu nome, idade, profissão e as motivações que o levaram a participar da Oficina.

No 2º momento apresentamos duas perguntas chaves que deveriam ser respondidas por cada participante: *Você já sofreu ou presenciou uma situação de racismo? O que você sentiu e o que fez diante disso?* Aqui, a pessoa que está com a palavra terá oportunidade de verbalizar a situação-problema vivida e repensar sobre ela. A seguir planejamos conversar sobre como enfrentar tais formas de racismo, propondo que os participantes escrevessem, desenhassem, elaborassem uma poesia ou um Hap, conforme achassem melhor. Para encerrar a Oficina, já na saída da sala, individualmente, apresentaríamos a cada participante, uma caixinha, afirmando que ao abri-la, eles encontrariam “a pessoa chave para resolver o grande problema que cada participante apresentou”. Ao destampar a caixa, cada participante se vê refletido num espelho.

À medida que os depoimentos eram narrados também era mencionada as emoções sentidas e as atitudes tomadas frente a cada situação, o que, em determinados casos, levava o narrador às lágrimas. O último relato foi dado por Dandara (nome fictício), uma jovem negra linda, muito alta e de voz macia. Estudante do sexto semestre do curso de Serviço Social atua como estagiária num órgão público e frequenta o curso, em um município próximo à cidade onde reside, o que a obriga a viajar diariamente para estudar e trabalhar. Dandara pediu a palavra, baixou os olhos e começou a contar uma história que emocionou a todos. Filha de mãe dependente química, falecida precocemente, ela e dois irmãos foram criados num abrigo municipal. Os constrangimentos sofridos na escola em virtude da cor da sua pele ou do seu cabelo eram relatados à “Tia” que cuidava dela no Abrigo. Aos 18 anos, Dandara deixou o Abrigo, logo depois requereu a guarda dos irmãos e foram morar juntos só deles. Todos estudam, ela trabalha e conta com apoio de programa social da prefeitura de seu município.

A partir do relato de vida de Dandara pode-se imaginar os desafios diários enfrentados por ela e pelos irmãos, pois geralmente, é a partir do ingresso na escola que a criança negra se percebe como negra. Na medida em que começa a ouvir comentários e/ou apelidos sobre a cor de sua pele e sobre seu cabelo, passa pelas primeiras experiências públicas de rejeição de seu corpo negro, conforme explicita Gomes (2005, p. 236). A escola é um espaço de vivência de contradições, pois cada pessoa que lá se encontra (funcionários/professores/educandos) carrega para dentro deste espaço suas vivências e crenças, mas como Zanini (2007, p. 5) entende-se que na escola, deveriam vivenciar momentos de aprendizagem de convivência com o *outro*, com o diferente, evitando que preconceitos raciais e culturais se naturalizem, e reforcem desigualdades.

2.2.2 OFICINA DE EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Historicamente, a instrução foi uma preocupação central para as elites dominantes e camadas médias em ascensão da sociedade brasileira, uma vez que acreditavam que o progresso da nação estava vinculado à instrução do seu povo. É por isso que a Constituição de 1824 previa instrução primária e gratuita para todos os cidadãos, exceto negros, porque esses não eram considerados cidadãos. Em 1827, uma lei específica previa oferecimento de “escolas de primeiras letras” onde fosse necessário e, em 1834, um Ato Adicional alterou a Constituição, criando as Assembleias Provinciais que ficariam, a partir daí com a incumbência de legislar sobre a instrução pública. À medida que as primeiras leis foram elaboradas, a matrícula e/ou frequência de crianças negras na escola foi interdita, pois foram os legisladores que determinavam quem podia (ou não) se matricular e/ou frequentar a escola pública, considerando critérios de gênero, idade, saúde, além da condição jurídica de ser livre ou liberto ou a condição racial, como esclarece Barros (2016, p.594): ser escravo, ingênuo, preto ou filho de africano livre.

Na década de 1870 aparece o ensino noturno destinado a contribuir com a construção de uma nação livre e progressiva, em que inicialmente permanece a interdição da presença de negros, para gradativamente ir abrindo, mesmo que a



matrícula fosse condicionada a uma autorização explícita do senhor de escravos, para que esse frequentasse a escola.

Cabe salientar que a frequência à escola de descendentes de escravizados não foi fácil, ocorrendo agressões verbais contra as crianças negras, das quais os pais, muitas vezes, para protegê-las, preferiam retirá-las da escola. Ao mesmo tempo, o Movimento Negro (MN) organiza-se, a Frente Negra Brasileira (FNB), na década de 1930, funda uma escola visando o acesso de negros no ensino superior, registra Ribeiro (2001, p. 32). O MN passa a reivindicar educação de qualidade, currículo que contemplasse a história do negro no Brasil, e conteúdos referentes à história da África, dos africanos, da contribuição dos negros na formação sociedade nacional, sua influência na cultura, nas artes, nas letras, na música, na literatura e assim por diante. A Lei Federal 10.639/03 vai atender as solicitações do MN, obrigando o Ensino da História e da Cultura Africana e Afro-Brasileira no sistema nacional de ensino, propondo que esses conteúdos fossem desenvolvidos nas artes, literatura e história. Cinco anos depois, a legislação definiu comportamento semelhante para os conteúdos referentes à história e cultura dos povos indígenas, com aprovação da Lei 11.645/08. Sendo a escola um campo de encontro da diversidade e das diferenças, muitas vezes essas diferenças são tratadas como sinais de inferioridade, e a implementação dessas leis continuam um desafio para o MN.

A proposta de realização de uma Oficina de Educação Étnico-Racial, na manhã do dia 09/07/2016, sob responsabilidade da Rosângela Menezes e colaboração de Lorena Salete Barbosa, Maria Rita Py Dutra, Isabel Cecília de Paula Menezes e Maria Célia Albino da Rocha, veio contemplar um dos objetivos do GT Negros. O grupo participante era constituído de quilombolas residentes na zona rural do município de Pelotas, membros do MN daquela região, envolvidos em grupos de Economia Solidária, acompanhados de uma freira que chegara a pouco da Espanha. Ela narrou que ficou surpresa com os casos de racismo registrados no Brasil, afirmando que isso não ocorre na Espanha.

Na Oficina Rosângela ilustrou como trabalha com os alunos, buscando a positivação de sua identidade, valorizando traços fenotípicos, cultura e religiosidade, além do respeito e busca de empatia dos estudantes não negros. As participantes



tiveram oportunidade de usar adereços, tecidos e ornamentos africanos, como também num segundo momento relatarem as dificuldades no trabalho, pois as escolas ainda reservam a temática, apenas para *Semana da Consciência Negra*.

2.2.3 OFICINA DEBATENDO RACISMO E SUAS INTERFACES COM A LOUCURA, A CRIMINALIDADE E A JUSTIÇA

Ao participar da 13ª Feira de EcoSol e 24ª FEICOOP em 08/07/2017, o GT Negros realizou a Oficina “Debatendo Racismo e suas Interfaces com a Loucura, Criminalidade e Justiça”. A Oficina foi Coordenada por Maria Rita Py Dutra, Tamara Conti Machado e Elizandro Silveira, e teve o apoio dos demais participantes do GT: Clair Corte Real, Laíza Ferraz, Luana, Mara Cristina Santos, Priscila Manzoni, iniciando com um vídeo sobre o livro *Holocausto Brasileiro*⁶, baseado no livro homônimo de Daniela Arbex. A obra denuncia a morte de mais de 60 mil pacientes no Hospital Colônia, em Barbacena/MG, por fome, frio, doenças e total descaso das autoridades governamentais. Grande parte dos internos lá estavam sem serem portadores de sofrimento psíquico, porém condenados à morte, com a aquiescência de médicos, funcionários e a convivência silenciosa da sociedade em geral.

Os participantes da atual edição da Feira e da Oficina provinham de São Paulo, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Bahia. Foram debatidas questões sociais que estão implícitas na história das políticas de saúde pública, no que diz respeito à interface com a loucura. Abordou-se temas referentes ao racismo relacionado a essas políticas sanitaristas, tanto historicamente como na atualidade, pois na época da Feira, estava em debate na mídia, a política higienista do prefeito de São Paulo com a remoção da Cracolândia, no centro da capital paulista. Outro ponto debatido foi a prisão de Rafael Braga Vieira, negro, pobre, considerado terrorista nas manifestações de junho de 2013, por portar um vidro de desinfetante e água sanitária (considerado material explosivo pela polícia) e, mais tarde, condenado por associação ao tráfico, quando foi preso novamente em janeiro de 2016, e acusado

⁶Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=CVMGZqV2cP4>



por policiais da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Vila Cruzeiro - Penha, de portar “0,6 g de maconha, 9,3 g de cocaína e um rojão”.

A última questão apreciada dizia respeito à invisibilidade do negro na academia, pois existem pouquíssimos professores negros no ensino superior, e quando conseguem algum espaço, precisam enfrentar o conservadorismo inerente desse meio.

A edição da feira de 2017 oportunizou o convívio do GT Negros com uma família de migrantes senegaleses que está vivendo, atualmente, em Caxias do Sul (RS). O casal foi hospedado por integrantes do grupo de estudos e nos dias subsequentes à feira realizaram uma oficina de pintura na UFSM, na qual falaram sobre seu país, seus costumes e trabalho. Foram momentos de trocas culturais intensas e ricas, que sensibilizou os envolvidos.

CONCLUSÃO

O artigo GT Negros: Tecendo um Novo Tempo teve-se por objetivo apresentar o GT Negros, sua finalidade e objetivos, e narrar a participação dos seus membros nas três últimas Feiras de Economia Solidária (2015-2017), realizadas no município de Santa Maria.

A participação do grupo foi através de Oficinas, cuja temática abordada era racismo e suas interfaces, destinada ao público frequentador da Feira, isto é, pessoas ligadas à Economia Solidária, do Brasil e do exterior, à Movimentos Sociais ou que desenvolvem ações junto à população periférica.

A experiência de um grupo de acadêmicos se deslocar para um evento de feira foi enriquecedor, por oferecer a oportunidade de conhecer e contatar com novas pessoas, ressaltando que a metade dos acadêmicos participantes da Feira de Economia Solidária/2017, o fizeram pela primeira vez. Essas experiências dadas pelas trocas entre os participantes (organizadores das edições das oficinas e público), foram engrandecedoras para os assuntos debatidos dentro da academia e debatidos com relatos das experiências de vida das pessoas presentes, pois houve interação entre teoria e prática.

REFERÊNCIAS

ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BARRETO, Adalberto de Paula. **Terapia Comunitária: passo a passo**. Fortaleza: Gráfica LCR, 2008.

BARROS, Surya Pombo. **Escravos libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos e ingênuos**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 42, n. 3, p. 591-605, jul./set. 2016. 605

_____. **Lei nº 10.639** de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF, DOU de 10.01.2003.

_____. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF, DOU de 11.3.2008.

CARVALHO, Joaquim. Por que Rafael Braga Vieira se Tornou um Marco na Luta por Justiça Igual para Todos. **Diário do Centro do Mundo**. 1º/agosto/2017. <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/por-que-rafael-bragapode-se-tornar-hoje-simbolo-da-justica-seletiva-por-joaquim-de-carvalho/>

Jornal da 11ª Ecosol do Mercosul, Economia Solidária. Santa Maria, 2015, p.3.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias Escolares Corpo Negro e Cabelo Crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural. p. 227- 247. IN: **Educação como Exercício de Diversidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2005.

RIBEIRO, Maria Solange Pereira. **O romper do silêncio**: história e memória na trajetória escolar e profissional dos docentes afrodescendentes das Universidades Públicas do Estado de São Paulo. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2001.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Etnicidade e escola**. Curso Diversidade Sexual e Igualdade de Gênero. Santa Maria, CE/UFSC, 2007.